



GOVERNO DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento Social,  
Criança e Juventude

## ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

**Data:** 15/06/2022

**Horário:** 14:00 horas

**Local:** Híbrida (Casa dos Conselhos e Google Meet)

### PRESENTES

PRESIDENTE DO CDEPLGBT/PE – Gleyton Araújo  
VICE-PRESIDENTE– Lucas Lira Gomes  
GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini  
REDE SAPATÁ – Adriana Gomes da Silva  
REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maia Maria de Lima  
REDE LGBT DO INTERIOR – Alzyr Antônio Sá Brasileiro  
ARTJOVEM – Breno C. Gomes de Almeida  
MOVIMENTO NEGRO UNFICADO – Jairo Gomes de Amorim  
CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino  
CANDACES – Rivânia Rodrigues da Silva  
AMOTRANS – Maria Daniela de Mendonça Motta  
NATRAPE – Caia Maria de Araújo Coelho  
MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marccone Costa de Menezes  
COORDENADORIA LGBTQIA+/PE – Aleksandro Cavalcanti felix de Sousa  
SEC. DE TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO – Antônio de Moura P. Filho  
SEPLAG – Ryan Paulo da Silveira Amorim  
SEC. DA MULHER – Fátima Moreira  
SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais  
SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS (A):  
SESES – Ana Paula

## JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

SESES – Ana Paula  
GESTOS – Jair Brandão  
SDS – Geanne Aguiar

## NÃO JUSTIFICARAM

**SEC. DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;**

## PAUTA

- Apresentação do Coordenador da Política Pública LGBT/PE;
- Posse do novo Presidente representando a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ);
- Planejamento do cedplbgt/Pe, dia, data, facilitador mais local;
- Eleição dos representantes e coordenadores das Comissões Permanentes;
- Acompanhamento das Violações dos Direitos da População LGBT e Comissão Permanente de Monitoramento da Avaliação das Políticas Implementadas pelo Público;
- Ofício N°.00021/2022, acompanhamento do caso de Chistian Lean, transmasculino que está sem assistência do INSS pós parto;
- Transfobia Institucional;
- Uso de Tecnologia de reconhecimento facial no Estado;
- Auxílio parental (vulgo auxílio-maternidade) de homens trans;
- Informes.

## DESENVOLVIMENTO

A 44ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Políticas para a População LGBT de Pernambuco (CDEPLGBT) teve início às 14h30m, no formato híbrido onde **Gleyton Araújo** faz uma abertura se apresentando como o novo Coordenador na *Coordenadoria de Defesa e Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco*, informa que já participou da coordenadoria em 2019 e continua sua saudação colocando o governo do Estado a disposição da pauta LGBT e trazendo a importância de evoluir dentro das ações, dando continuidade aos projetos da gestão anterior, mas também seguir em frente com essa renovação, que as dificuldades existem é sabido por todos e na medida do possível os ajustes serão feitos. O novo coordenador ainda traz que independente de ocupar um espaço técnico ou político, dentro do governo estamos todos a serviço da sociedade e trabalhando para todas as pessoas, destaca o fortalecimento da política LGBTQIA+ dentro do Estado, da qual fazemos parte, dando **legitimidade** e a visibilidade onde Pernambuco tem avançado muito com o passar dos anos. Com isso ele dá por encerrada a pauta de apresentação da nova gestão da Coordenadoria LGBT.

Glauber inicia sua fala dando as boas vindas ao mais novo Coordenador, que além da coordenadoria toma posse da Presidência do Conselho e já levanta uma demanda operacional, que a montagem dos aparelhos para atender o formato híbrido deve ser feita com antecedência para evitar atrasos, pontua a extensão da pauta o que acaba prolongando ainda mais a reunião.

A conselheira Rivânia Rodrigues, também relata a recorrência dos problemas com as reuniões híbridas, pois a dependência da tecnologia acarreta atrasos e comenta que essa não é uma demanda recente, que não é apenas uma questão de montagem de equipamentos, segundo ela, desde que as reuniões remotas começaram a ocorrer que existem limitações. Rivânia se remete ao novo coordenador fazendo três perguntas: a) como fica a secretaria executiva do conselho? pois acompanhando Íris de Fátima, existia uma pessoa que auxiliava na elaboração das atas e esta não compõe mais esse espaço e ainda não foi apresentado ninguém para assumir esse papel. b) quem é o corpo da coordenadoria LGBT além do coordenador? Rivânia questiona as outras duas cadeiras que eram compostas por uma mulher trans, onde essa moça está? Se está em outro setor? se ela retorna a coordenadoria ou se irá abrir para outra pessoa compor essa vaga? A conselheira continua sua fala questionando se Alessandro (conhecido como Preto) irá acumular função para compor a coordenadoria junto a secretaria executiva que ele já compõe. C) você (se referindo a Gleyton) ainda está no PSB (Partido Socialista Brasileiro)? Dessa forma Rivânia finaliza sua fala, abrindo para o novo Presidente responder suas perguntas.

O conselheiro Lucas Lira dá início a sua fala explicando que ao final das inscrições abrirá para o momento de resposta, dá as boas vindas a Gleyton enquanto novo Coordenador e também Presidente do Conselho, Lira reitera a dificuldade de manter as reuniões no formato híbrido devido a estrutura, que não é possível realizar uma reunião completamente online, nem uma reunião híbrida com tranquilidade e também não consegue realizar uma reunião inteiramente presencial. Lucas diz que é preciso definir de forma coletiva, com urgência, de que forma as reuniões vão seguir acontecendo e que é papel da coordenação dar todo o suporte necessário para garantir a execução dessa decisão com a estrutura necessária, o que não pode é continuar da forma que está. Lira traz ainda que o regimento é claro quando trata das reuniões terem duração de um dia inteiro, sendo que pela manhã as comissões se reúnem e no período vespertino é o momento do pleno se reunir, ele ainda afirma que devido a essas dificuldades somente o pleno vem se reunindo, que as comissões ainda não foram eleitas mesmo após quase sete meses de conselho dessa nova gestão, Lucas continua, dizendo que para além disso tudo é necessário saber se a Coordenação dará a garantia das Conselheiras e Conselheiros que são do interior participarem da reunião presencial. Prossegue com sua crítica, colocando o amadorismo da estrutura oferecida, comparando com um improviso, o conselheiro traz exemplos de outros conselhos como o do Idoso que já consegue se reunir presencialmente, também o conselho da Pessoa Com Deficiência que também já retornou as atividades presenciais e que o conselho LGBT ainda não conseguiu organizar uma estrutura para o retorno das suas atividades, no que tange garantir essa estruturação para a participação de todas, todos e todes, seja no formato presencial ou híbrido. Lira complementa que a fala da conselheira Rivânia foi acertada e que também quer entender como se dará a composição da nova gestão da coordenação. Afirma ter tido uma pré-reunião com o novo presidente e que passou todas as pendências e demandas do conselho para o empossado, destaca situações como o orçamento deste conselho, a publicação da portaria dos conselheiros, o corpo técnico do conselho que precisa ser substituído com urgência e que essas (e todas as demandas entregues) precisam de um retorno da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude (SDSCJ) – a qual o conselho é vinculado e demanda da garantia dessas estruturas para seguir ativo. Com isso Lucas cobra um posicionamento de como se dará os próximos meses dentro desse conselho e encerra sua fala.

A próxima inscrita, Maria Daniela inicia sua fala denunciando um caso de transfobia dentro da Secretaria da Mulher, onde existe uma mulher trans empregada, Maria ainda comenta da dificuldade de pessoas trans serem empregadas no governo e afirma que essa funcionária está sofrendo transfobia no seu local de trabalho, desde não ter seus

pronomes respeitados até mesmo com assédio moral e sobrecarga de trabalho como forma de discriminação. Daniela ainda complementa que essa moça está recebendo uma bolsa como estagiária e chega a cumprir oito horas de trabalho, quando na verdade a carga horária de qualquer estagiário não chega a isso. Mesmo a estagiária procurando formas de conscientização dentro da secretaria, como colar papéis com seus pronomes corretos nas paredes a fim de se defender, Maria afirma que ela segue sendo motivo de chacota. Além do acúmulo de funções e carga horária acima do que prevê seu estágio, a moça ainda passa por assédio moral e Daniela afirma que ela não está conseguindo trabalhar devido a todo esse constrangimento criminoso. A conselheira pede uma atenção para esse caso, pois o tempo todo estamos falando de espaços seguros para a população trans e também de inclusão, além de ser demanda do conselho receber esse tipo de denúncia. Maria ainda complementa dizendo que é inadmissível que uma coisa dessas aconteça dentro do governo do Estado, dentro da Sec. Da Mulher e finaliza dizendo que para ser mais absurdo só faltou acontecer dentro do conselho, se despede dos conselheiros pedindo desculpas por não poder ficar até o fim da reunião, mas não poderia deixar de trazer essa denúncia a esse pleno e espera que providências sejam tomadas com urgência.

A conselheira Rivânia Rodrigues pede para complementar a fala de Daniela, dizendo que hoje se reuniu na Sec. Da Mulher devido ao projeto do SENALESBI estar vinculado a essa secretaria, onde o Movimento Leões do Norte e CANDACES compõe essa emenda para Pernambuco sediar o evento. A companheira afirma ter se reunido com a nova secretária executiva junto ao Leões do Norte e que a estagiária apareceu para assumir o gerenciamento, que sugeriu que esta não participasse pois ela enquanto estagiária não poderia assumir tal função. Rivânia comenta da importância da denúncia de Daniela porque na prática, uma estagiária está naquele ambiente para contribuir e aprender dentro de sua área, não para acumular funções. A conselheira ainda coloca que a estagiária chegou a insistir em participar da reunião e Rivânia explicou que ela não poderia responder por aquele cargo que estaria indo substituir, então não seria necessária sua presença. Segue dizendo que é de suma importância ter esse cuidado, que as políticas públicas do Estado, no que se refere as pessoas LGBTQIA+, já são trabalhadas pelos movimentos desde os anos 2000, desde a implementação do primeiro espaço LGBT nos anos de 2005 até os dias atuais, “a gente não brinca de fazer movimento”, nas palavras da conselheira retratando que não é de hoje que trava a luta por garantias de direitos para a nossa população. E que hoje para ter a participação de pessoas trans e travestis dentro do governo é de um orgulho gigantesco, porém é necessário cuidar dessas pessoas nesses espaços, observar como nós estamos nos tratando. Rivânia ainda argumenta que quando

é necessário construir as políticas públicas “o movimento serve”, mas na hora de questionar um tratamento tudo é tachado de transfobia. Ela explica que são formas de banalizar as denúncias e silenciar o movimento, que o movimento precisa ser ouvido pois é protagonista na implementação dessas políticas no governo, sendo assim digno de atenção. Destaca ainda a importância da existência do conselho para debater essas questões e que dá-se aí a prova que fazer políticas de Estado são o nosso maior objetivo, para que na mudança de gestão para gestão a gente não veja nossas construções serem ignoradas e silenciadas, finaliza a conselheira.

Nesse momento, sem mais inscrições Gleyton retoma a fala para seguir a pauta com a posse do novo presidente que nesse mandato é do governo, que outras secretarias também tenham oportunidade de assumir esse conselho ao menos uma vez nas futuras gestões além da SDSCJ, visto que todas que compõem o conselho tem responsabilidade de discutir política LGBT, mesmo que algumas ainda não tenham equipamentos, de certa forma conseguem desempenhar ações dentro da temática e sugere que seja feita essa provocação dentro do conselho. Destaca a relevância da coordenação e da SDSCJ assumirem a presidência, mas para além também é relevante movimentar entre outras secretarias que integram o conselho enquanto governo. O novo presidente passa a comentar os pontos levantados pelos companheiros que falaram acima, comenta que a logística das reuniões trazidas por Glauber e Lucas, que Lucas Lira já tinha lhe adiantado em pré-reunião, que de fato esse processo de improvisação para garantir o acontecimento das reuniões é delicado demais e afirma que pretende reorganizar essa estrutura, parabeniza o movimento pela fiscalização e reforça que esse de fato é o seu papel enquanto sociedade civil, de cobrar e de acompanhar o governo mesmo. Respondendo as perguntas de Rivânia, Gleyton explica que em relação da publicação dos nomes houve um encaminhamento e que o que está sendo resolvido são as questões burocráticas, pois como o conselho foi instituído pelo próprio governador, essa nomeação tem que ocorrer pela Casa Civil ou pelo gabinete do mesmo, logo não é a SDSCJ responsável. Mesmo assim o conselheiro afirma que o secretário tenha enviado um ofício a casa civil pedindo a resolução dessa demanda o mais rápido possível. O presidente ainda fala sobre outras demandas que foram surgindo ao longo desse tempo e que estão sendo resolvidas por ordem de urgência seguindo todas as questões regimentais, que a Secretária de Segmentos Sociais iria participar dessa reunião mas infelizmente contraiu o vírus da COVID-19 e não pôde participar.

**Nesse momento a reunião teve uma falha onde os conselheiros que estavam online perderam totalmente a conexão com a equipe que estava na sala dos conselhos.**

Ao retomar a reunião, Gleyton relata o desconforto desse formato e **continua tendo sua**

**fala cortada devido a ruim conexão**, mesmo assim o conselheiro Glauber tenta o ajudar indicando até onde foi possível entendê-lo, mas a chamada volta a cair para o pessoal que está na sala dos conselhos, Glauber repete que não é possível ouvir o Presidente de forma alguma.

O novo coordenador reitera a importância desses momentos estarem registrados em ata para poder fortalecer essa estrutura, que é necessário o conselho prover de recurso por meio de um fundo onde possa retomar as reuniões presenciais.

Dessa forma, ele dá continuidade respondendo a companheira Rivânia resgatando a fala a partir das negociações internas para a composição da sec. Executiva deste conselho, Sobre a coordenação Gleyton afirma que, nesse momento ela está sendo composta por dois membros mas também já está correndo para garantir as representações que tinham anteriormente, reafirma o compromisso da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais (SESES), que a secretária teria preparado justamente essa fala. Sobre a última questão de Rivânia, o conselheiro prefere conversar em outro espaço por se tratar de uma questão partidária, ele entende que a reunião do pleno não é o ambiente devido para discutir esse tipo de assunto, argumenta que tanto a lei do conselho não prevê filiação para seus conselheiros, quanto também as insituições públicas não tem essa questão como critério de participação e finaliza apenas afirmando que é filiado ao PSB e está na gestão do atual governador de Pernambuco, Paulo Câmara.

O conselheiro Breno Gomes se inscreve para fazer fala e dá início fazendo uma observação em relação a estrutura do Estado, que tem uma percepção que nessa estrutura existam, em suas palavras: “os primos ricos e os primos pobres”, por acreditar que desde do início da pandemia é recorrente esse formato híbrido e sobretudo em áreas específicas de monitoramento onde o Estado tem estrutura pra isso, que este dispõe de equipamentos que podem ser cedidos a este conselho e sanar o problema. Breno ainda sugere como encaminhamento: *Solicitar a Secretaria de Administração e a Secretaria de Planejamento e Gestão espaços com estrutura para garantir as reuniões híbridas até que seja possível realizá-las presencialmente.* Que este conselho tem legitimidade para pleitear essa estrutura que já é do governo, logo não é necessário um orçamento para tal, o conselheiro ainda relata que justamente Pernambuco se coloca como referência em aparelhos tecnológicos e não serão seus conselhos que deverão ser reféns de gambiarras em suas reuniões. Conclui sua fala endossando as críticas que foram feitas no início dessa reunião e repete que essa é uma alternativa viável já que esses equipamentos já existem e este conselho tem autonomia para negociar o uso, dá votos de boas vindas ao novo Presidente e Coordenador dizendo que ele possa contar com as organizações que compõem essa entidade.

Dando continuidade às inscrições, Antônio Moura faz considerações parabenizando a fala do conselheiro Breno, também presta solidariedade a Gleyton nessa nova gestão, deixa claro que a Sec. de Trabalho, Emprego e Qualificação está a disposição para contribuir e que ele enquanto conselheiro representante da SETEQ fará de imenso prazer e gosto. Prosseguindo, Moura pontua que sua secretaria está desenvolvendo ações conjuntas, que disponibilizará alguns cursos voltados especificamente para a profissionalização da população LGBTQIA+, sendo os cursos de barberaria e desenho de sobancelhas. Informa que agendou a entrega do Plano Estadual de Combate a Homofobia ao Secretário para o dia 28 pela manhã e convida os conselheiros para participarem desse momento e destaca alguns nomes desse pleno que ele já havia convidado nos bastidores. Encerra sua fala dizendo da sua satisfação e honra em integrar esse conselho.

O presidente questiona sobre o pleno ter algum encaminhamento em relação a essas primeiras pautas, para além das questões estruturais deste conselho e destaca da importância desse registro já feito em ata.

A conselheira Caia responde que irá colocar como encaminhamento a denúncia feita por Maria Daniela de transfobia ocorrida na Sec. da Mulher.

A secretária Executiva, Íris de Fátima questiona ao pleno qual a sugestão de formato ideal para as reuniões que contemplem todos, todas e todes na participação. O conselheiro Breno é o primeiro a se manifestar pontuando que o formato híbrido no momento é o que mais consegue garantir isso, porém deve se adequar a uma estrutura completa como ele trouxe em sua fala anterior. Breno ainda destaca, que mesmo que o conselho consiga garantir a vinda dos conselheiros de todo o estado, é importante esse formato híbrido já que podem existir choques em agenda e/ou eventualidades que não permitam a pessoa se fazer presente, mas sim online e encerra reforçando que o híbrido é sim o mais adequado, desde que bem estruturado.

O conselheiro Glauber se inscreve em seguida, e coloca que na sua gestão foi entregue a Secretária Executiva da SDSCJ um orçamento para a compra de um notebook, um projetor e um microfone para este conselho poder realizar as reuniões no formato híbrido com excelência e sugere ao Presidente empossado que verifique em que situação se encontra essa solicitação, que enquanto isso não é resolvido o encaminhamento proposto pelo companheiro Breno é uma boa sugestão para resolver essa demanda, que o formato híbrido é temporário já que o regimento é claro quando diz que as reuniões desse conselho devem ser presenciais. Glauber sugere uma discussão sobre esse ponto, se atende o regimento e/ou o reformula, já que algumas questões precisam ser atualizadas. Ressalta que as comissões ainda não foram formadas, que o planejamento do conselho

está em atraso e deixa essa reflexão, pois já se passaram sete meses e esses atrasos são prejudiciais para o andamento do conselho. Encerra sua fala repetindo que as comissões precisam ser instauradas para tratar dessas denúncias que estão chegando.

Íris pergunta ao pleno se após o inscrito ela poderá deixar registrado o formato híbrido, para poder seguir com a pauta e passa a fala para o representante do coletivo Leões do Norte.

Marcone inicia sua contribuição dizendo que está meio confuso por em diversos momentos a fala dos conselheiros, que estão de forma presencial, acabar cortando e afirma que é uma questão de fato e de direito que esse conselho não pode prosseguir nesse formato, que como existe uma agenda com o secretário essa discussão de estrutura deve ser levada como pauta. Chama atenção dos conselheiros para a participação do governo nas reuniões e diz que só conseguiu visualizar entre duas ou três secretarias presentes, lembra que nossas reuniões não são reuniões do movimento social, o movimento é contribuinte com o governo e existe pra fazer o controle social, não apenas dizer ao governo o que e como fazer mas também dizer que a sociedade civil organizada está no controle da política do Estado de Pernambuco. Atenta que é preciso ser estratégico, sendo o conselho positivo ou não, tendo ou não visibilidade, vai fortalecer todos que o compõe, sendo movimento ou governo. Marcone diz que acreditou que hoje estariam todos presentes na reunião do pleno, já que estamos na semana do Orgulho LGBTQIA+, esperava que as secretarias viessem divulgar suas ações para esse momento, se diz preocupado com o conselho, com as formalidades, com os passos que o conselho vai dar. O companheiro faz votos a fala de Rivânia e lembra que nada em Pernambuco foi dado, que foi sempre uma construção coletiva, tendo o movimento como maior participante, que é até redundante ficar falando isso, que se sente confuso sobre a composição técnica desse conselho, que sente falta da formalidade do conselho. Prossegue evidenciando que estamos num conselho de estado para discutir políticas públicas estaduais e por isso é urgente o hábito de sermos formais, para conseguirmos avançar. Deixa como sugestão a formação imediata de uma comissão com representantes do governo e movimento para deliberar sobre a reestruturação desse conselho, questiona se a sociedade civil também identifica essa “confusão” e comenta que as provocações feitas via *chat* do *google meet* são pertinentes mas que não é possível ter essas respostas agora, nem enquanto conselho, nem Gleyton que acaba de se tornar coordenador. Joga a responsabilidade de discussão direta com “quem tá com a caneta na mão”, pois não é possível fazer política pública apenas com as conversas dentro do conselho, que enquanto discutimos ações e estratégias, quem tem o poder de decisão real não nos dá a atenção desejada. O companheiro ainda reclama da falta de tempo dos superiores em

dialogar com esse conselho e conclui com uma reflexão: *“esse espaço que a gente tá, é um espaço que a gente precisa se fortalecer ou não? De que forma a gente vai tá aqui se fortalecendo?”*

Dando continuidade às inscrições para a fala, Rivânia Rodrigues relata que a reunião não saiu do segundo ponto de pauta, logo não é possível discutir coordenação de comissão, se esse pleno se quer fez o planejamento do conselho, e questiona: “como é que a gente atropela os processos?. A companheira explica que esse segundo ponto de pauta não pode ser colocado nesse momento por falta da construção do planejamento, comenta a fala de Marcone sobre ter pedido uma reunião com o secretário destacando que ela deve acontecer antes de qualquer coisa, argumenta que mesmo sendo redundante (fazendo alusão ao comentário do companheiro Marcone) fazer uma restropectiva da luta travada pelo movimento social, não deixa de ser necessário repetir que já estamos na terceira gestão e esse segue sendo apenas um conselho de fato e não de direito na forma de se portar. Lembra uma fala do companheiro Jair Brandão, que desde que a secretaria executiva foi assumida por uma nova gestão que não há avanços nesse conselho e que novamente estamos recomeçando, que o novo coordenador se apresenta e de novo estamos iniciando com as mesmas demandas existentes, afinal de contas todos que assumem uma nova gestão devem acompanhar a pasta a partir da gestão anterior, ou seja a impressão que fica é que as pessoas que vão passando por esses cargos simplesmente passam e levam consigo todas as informações, fazendo sempre as discussões iniciarem do zero. Rodrigues expressa sua indignação, dizendo que esse conselho é um conselho de direito e recorda do tamanho da dificuldade que foi para instituí-lo, que precisa existir a valorização desse instrumento e usa exemplos de conselhos que funcionam bem dentro do Estado, que aparentemente nosso conselho precisa viver mendigando algo para conseguir coisas básicas de estrutura, fala também da desestruturação dos cargos usando o exemplo da secretaria executiva desse conselho que foi desorganizada, que a coordenadoria passa por isso também em sua executiva. Rivânia esclarece que continuará cobrando e aqui desabafa que não por vaidade mas por saber que essa é a nossa pauta, que nós a vivenciamos, que mesmo com os avanços ela enxerga que estamos “nadando no seco”, como diz o dito popular. A conselheira prossegue sua fala repetindo que as autoridades não querem atender a população LGBTQIA+ em gabinete, diz que: “atendem qualquer pessoa, menos a gente” e coloca isso como uma enorme falta de respeito, que não quer que nossa pauta exista apenas como enfeite. A companheira ainda complementa que seguirá sendo militante do movimento enquanto vida tiver e que espera conseguir se enxergar nesse processo, que defende a transversalidade nas políticas públicas, que espera que possamos envelhecer bem. Rodrigues ressalta a falta de avanços

na nossa pauta, que mesmo quando a juventude aparece para compor esses espaços, sempre se depara com as discussões que se arrastam desde a primeira conferência que ocorreu, até a conferência de hoje. Explica que isso ocorre por não termos políticas de Estado, que a falta de recursos implica diretamente no congelamento da pauta, coloca que é preciso se pensar na discussão da pauta de hoje pois não acha possível prosseguir sem antes ter um planejamento e questiona se a companheira que se retirou do cargo para Gleyton assumir chegou a repassar algum encaminhamento para reunião de planejamento, como local, ou se será necessário iniciar essa construção do zero e encerra dizendo que isso é o que lhe incomoda.

Caia Maria pede fala com uma questão de ordem, comenta que concorda plenamente com as palavras de Rivânia e destaca como é preciso garantir boas condições de trabalho para nós, mas que também acha que deveriam ser priorizadas as demandas da sociedade civil que estão sendo deixadas para o final da reunião quando o pleno já estará exausto para discutí-las, que entende como temas prioritários em relação a condições de trabalho embora uma coisa seja justificada na outra e sugere inverter as pautas dando prioridade as demandas da sociedade civil nesse momento e colocar as questões administrativas do conselho para o fim da reunião, Caia pergunta ao pleno se alguém se opõe e a secretária executiva Íris de Fátima coloca uma observação que o motivo de discutir nesta reunião quem serão os coordenadores das comissões, mesmo sem ainda ter sido feito o planejamento, é porque justamente em situações como essa de inversão de pauta são esses coordenadores que irão compor a comissão executiva que define a pauta e que por enquanto quem está definindo as pautas são apenas o presidente e o vice. Caia prossegue defendendo que entende perfeitamente a motivação de discutir essas condições de trabalho até por ser um trabalho voluntário, porém existe também a necessidade de estabelecer uma ordem de prioridades, que a reunião desse conselho não pode ser limitada a discutí-lo, que a reunião precisa estar interessada no monitoramento das políticas públicas e no controle social, que enxerga uma certa inoperância e entende a relação direta com as condições de trabalho atualmente oferecidas e também com as limitações de participação, porém defende que certas medidas sejam tomadas instantaneamente para que haja uma melhora decisiva.

Seguindo a ordem de inscrições, Lucas Lira tem a palavra trazendo uma questão de ordem e de encaminhamento que é urgente o planejamento do conselho, que isso foi aprovado por esse pleno, relembra do compromisso firmado pela SDSCJ de viabilizar a estrutura que sete meses se passaram e ainda não foi possível a realização. Lira argumenta que para além disso também é urgente definir e encaminhar a executiva do conselho, como sugestão aponta que as pessoas que já estão nas comissões permaneçam

até que haja essa reformulação, que seja verificado quem são os companheiros que estão nessas comissões de monitoramento e combate a violência pudessem compor a comissão executiva de forma provisória até que seja possível fazer uma eleição de novos coordenadores ou a reeleição dos mesmos, para que a executiva seja formada para definir a pauta e conduzir os trabalhos do conselho. Lucas defende ainda a necessidade de discutir sim a estrutura desse conselho nas reuniões argumentando que: “não adianta discutir o fora se a gente não se organiza pra dentro”, que reconhece que é burocrático mas infelizmente é de extrema importância para como o conselho se portará para fora dele.

Glauber dá prosseguimento como próximo inscrito, diz compreender a colocação dos companheiros e companheiras, mas explica que as comissões não foram formadas porque estão há sete meses esperando pelo planejamento, paralelo a isso seguimos tendo demandas para resolver, dessa forma coloca como sugestão que quem estiver disposto espontaneamente a participar de alguma comissão dê seu nome e seria formada a comissão para eleger seus coordenadores, Glauber diz que não é o pleno quem vota no coordenador e sim quem participa daquela comissão é que o elege dentro da sua composição, assim após essa escolha interna o pleno tem o papel de referendar essa escolha. Assim, o conselheiro apresenta que espontaneamente se formem as comissões, internamente elas escolhem seus coordenadores e a partir disso se forma a executiva, posterior a essa formação já vai encaminhando o planejamento. Complementa que é inviável ainda aguardar o planejamento ocorrer para formar as comissões, que entende sim que isso é um atropelo mas dados os fatos é também a ação necessária por conta das demandas que não vão parar para esperar o conselho se organizar, ou executar um planejamento. Glauber diz que essa é sua preocupação, o acúmulo de demanda sem as comissões para tratar e por isso não acha viável aguardar mais o planejamento, encerra trazendo que é complicado demais não ter as comissões instauradas para fazer esse acompanhamento.

Caia Maria pede para retificar a fala de Lucas Lira, e explica que sua sugestão foi apenas de inverter a ordem das pautas e não retirá-las da reunião, que entende a necessidade de discutir todas as pautas mas que as demandas da sociedade civil deveriam ser discutidas de imediato e as questões administrativas por último devido ao aproveitamento da reunião, que isso era apenas uma sugestão e encerra.

O presidente pergunta ao pleno se há mais algum escrito e dá seguimento a reunião, pede que alguém se posicione caso seja contra a priorização das pautas da sociedade civil, explica que em relação ao planejamento do conselho Gleyton coloca que não pode se posicionar ainda pois esta é a primeira reunião dele, que esta acolhendo todos os

encaminhamentos sugeridos para correr atrás de resolver, que concorda com Glauber sobre formar as comissões de imediato e questiona o pleno se preferem estender ou são a favor de já formá-las agora.

**Caia Maria** se posiciona a favor de formar as comissões e se disponibiliza para compor a comissão de **Violações de Direitos da População LGBTQIA+**; o presidente Gleyton repete o pedido para que as pessoas que forem contra a formação das comissões nessa reunião se posicionem imediatamente para a reunião poder seguir.

Roseane Morais se inscreve, já começa sua fala concordando que faz tempo que o conselho necessita dessa reestruturação e que isso é consensual entre governo e sociedade civil, que também é vontade comum que esse conselho cumpra o papel dele na formulação de políticas de maneira estratégica, que para isso ocorrer o planejamento é fundamental já que é nesse momento que é dado o diagnóstico da realidade, que se pautam as ações estratégicas, que o planejamento influencia diretamente na formação das comissões visto que as divisões feitas nos GT's (grupos de trabalho) galgam a forma como as comissões irão trabalhar. Morais fala que entende o sentido de fazer as coisas andarem criando agora as comissões, mas que acha válido refletir enquanto conselho como esse planejamento deve ser de fato realizado, com as condições que temos no momento? O que é imprescindível? É difícil um fim de semana inteiro em imersão? É possível realizar de outra forma?; após colocar todas essas opções no ar a companheira diz que está aberta a todas elas e que não é contra a formação das comissões já de imediato, mas sim defende a urgência do planejamento pois ele é quem dará o norte ao conselho, principalmente para tirar as reuniões desses momentos de queixa e realmente conseguir resolver as problemáticas a partir do planejamento. Com isso tudo Morais diz que se o conselho estiver de acordo em formar as comissões agora, ok, mas que deve ser pensado em como tortar o planejamento factivo e realizá-lo, que já estamos no meio do ano e o conselho está trabalhando no plano das emergências, sendo reativo e não ativo. Finaliza dizendo que está a disposição para o que for possível construir.

Rivânia Rodrigues é a próxima inscrita, inicia dizendo que foi contemplada na fala da companheira Roseane e insiste em dizer que não acha correto atropelar os processos, que a proposta feita pelo conselheiro Lucas Lira é boa em reaproveitar as comissões que já estavam vigentes de forma provisória até que haja o planejamento. Repete que não é possível atropelar as coisas porque essas comissões são organizadas nas discussões dentro do planejamento, que acha viável as instaurar de forma provisória até que se desenvolva o planejamento. Rodrigues reitera a problemática de atropelar os processos e cobra que a SDSCJ, onde esse conselho é lotado, apresente imediatamente como será feito o planejamento e que enquanto este não ocorre sejam instauradas as comissões

provisórias e irem dando conta das problemáticas que aparecem. Assim, que a secretaria saia dessa reunião e veja uma data acatando as deliberações do pleno a fim de desenvolver da forma que for possível.

Após a fala de Rivânia, Gleyton retoma a fala contabilizando quem se posicionou contra a definir as comissões e a favor do não atropelo dos processos, afirma que Lucas Lira passou para ele sim as informações acerca do planejamento e que aguarda as questões burocráticas no que tange a SDSCJ para definir os meios que irão nortear o planejamento e que levará todos os encaminhamentos da necessidade de fazer o planejamento antes de instituir as comissões que tratarão das violações.

O presidente pede que os conselheiros votem se são a favor ou não para deliberar ao menos a comissão executiva, pede também que se posicionem sobre montar ou não as outras comissões ou se acata por aguardar o planejamento do conselho para poder seguir com as pautas. O pleno se manifestou de acordo com a proposta de Lucas Lira, que prevê a instauração de uma comissão provisória para deliberar as pendências enquanto o planejamento não é feito. Dessa forma as instuições que foram eleitas para compor a comissão executiva passada se mantém, sendo elas a Rede LGBT do Interior e o Coletivo Leões do Norte, juntamente com o Presidente, o Vice-Presidente desse conselho e a secretária executiva desse conselho. São os nomes respectivamente: REDE LGBT DO INTERIOR – **Alzyr Antônio Sá Brasileiro**; MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – **Marcone Costa de Menezes**; PRESIDENTE DO CDEPLGBT/PE – **Gleyton Araújo**; VICE-PRESIDENTE DO CDEPLGBT/PE – **Lucas Lira Gomes**; SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – **Iris de Fátima**, irão compor a comissão executiva deste conselho provisoriamente até que seja realizado o planejamento e aconteça a reformulação. Dada aprovação, Gleyton prossegue a reunião para discutir sobre a pauta do Ofício N°.00021/2022, acompanhamento do caso de Christian Lean, transmasculino que está sem assistência do INSS pós parto e passa a palavra Caia fazer o relato do caso. Caia inicia dizendo que enviou ofício para o Movimento Independente de Homens Trans por entender que era necessário ter a escuta de um homem trans, lamenta eles não estarem no conselho atualmente, que não foi possível eles chegarem para a reunião mas enviaram um texto através de Apolo – seu atual coordenador. Caia faz a leitura do que foi escrito pelo coordenador:

“Boa tarde, devido as demandas dos integrantes, infelizmente a nossa participação não será possível. Atualizo abaixo a situação de Christian e aguardamos um retorno de como essa demanda está sendo acompanhada pelo Conselho.

Situação de Christian: ainda está sem respostas relativo ao auxílio aluguel e não consegue agendar atendimento no CRAS Dois Irmãos pois não há data disponível no aplicativo e não tem passagem para ir até o local para tentar atendimento sem hora marcada. Gostaríamos ainda de destacar que houve contato direto por parte do Serviço Social com Christian relativo ao nosso

ofício, contanto este consideramos inapropriado e gera constrangimento para o usuário, neste contato Christian foi cobrado referente a denúncia realizada, fato que faz ele nos procurar com dúvidas se deveria manter a denúncia porque não queria parecer mal agradecido, sentimento provocado pelo teor do contato realizado. Este não é o primeiro caso que o pedido de acompanhamento de um caso acaba chegando de forma inapropriada para o usuário. Solicitamos ao conselho também acompanhar essa demanda, se novos contatos forem realizados por usuários por qualquer via na intenção de constrange-los, acionaremos o Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco.”

Após fazer a leitura do texto enviado pelo coordenador, Caia comenta da importância das palavras ditas por Apolo e da denúncia ser em torno do constrangimento do usuário ao tentar acessar um serviço que é seu por direito, como se ele realmente tivesse sendo mal agradecido por ir procurar justiça. A conselheira ainda pontua que esse tipo de situação precisa ser prioridade, que a saúde ainda é uma agenda muito precarizada para pessoas trans, especialmente para a população *transmasculina* e ainda mais na situação de homens trans que são gestantes, que é o caso de Christian. Quando Caia apresentou ao conselho a demanda desse caso, foi após o MOVIHT ter feito o primeiro contato após o rapaz ter passado por esse atendimento inapropriado e constrangedor por parte do serviço social, que o conselho deve tomar uma medida que garanta o acompanhamento desse caso. Caia coloca que é necessário levar Christian até o CRAS Dois Irmãos e delibera que o conselho consiga ou um carro que faça esse traslado, ou dinheiro para a passagem e também precisamos ir atrás de uma resposta para o auxílio aluguel dele.

Facultada a palavra, Lucas Lira comenta que o ofício chegou ao conselho já há algum tempo, extraoficialmente Lucas conversou com o Centro de Referência LGBT de Recife, que não está representando o Centro, nem a prefeitura do Recife e nem o Governo do Estado. Diz que representa o fórum LGBT de Pernambuco, que enquanto conselheiro entrou em contato com o Centro de Referência para saber informações sobre o caso, que acha interessante a escuta do Centro por Christian ser atendido por lá, que foi passado a ele extraoficialmente como está sendo encaminhado o atendimento do usuário nesse processo. Coloca como encaminhamento o convite ao Centro de Referência LGBT do Recife para apresentar relatórios dos acompanhamentos desse caso, que em relação da demanda de transporte o conselho não tem esse carro e Lira sugere que a coordenadoria poderia viabilizar dentro da estrutura viável.

Glauber é o próximo inscrito e diz que gostaria de entender melhor como se deu o atendimento do caso, porque Lucas trouxe que ele já estava sendo acompanhado pelo Centro e como foi exatamente esse atendimento? Diz que não conseguiu entender em meios as discussões como se deu esse constrangimento. A conselheira Caia repete seu relato para explicar a Glauber, em seguida o conselheiro agradece a explicação e diz que conseguiu entender o fluxo, que acha grave a assistente social estava presente no

conselho e ter ido procurar o usuário para constrange-lo, que o conselho tem que apurar isso de perto, porque uma pessoa que está dentro desse espaço, seja movimento social ou gestão ou convidado, é uma postura inadmissível.

A secretária executiva pede para fazer uma intervenção por uma questão de ordem, que é uma profissional muito séria, que o MOVIHT não oficializou o ofício e sim o enviou por grupo de WhatsApp, que como manda o regimento qualquer denúncia deve ser registrada no e-mail do conselho. Outro ponto é que esse caso deve ser remetido para a Comissão de Violação de Direitos, que deve ser feita a escuta das pessoas envolvidas no processo e depois trazer um parecer técnico ao conselho, após isso é possível marcar uma reunião com todos os atores envolvidos e com a comissão, dessa forma o conselho apresenta uma resolução. Chama atenção respeitosamente aos conselheiros que se atenham ao regimento, denúncias devem ser oficializadas no e-mail do conselho.

Lucas Lira pede uma questão de ordem e diz que não é o espaço para estarmos expondo nem o profissional, nem o usuário do serviço e nem os conselheiros, concorda com a fala de Íris que é necessário fazer a escuta de todas as partes envolvidas e que deve existir as formalizações nas denúncias, dentro do conselho como uma instituição estadual existem fluxos que precisam ser seguidos, que justamente por ele ter tomado a iniciativa de ter ido procurar o centro com uma caráter informal ele não pode trazer essa conversa para dentro do conselho, e sim o Centro ser formalmente convidado a prestar esclarecimentos de forma técnica, já que existem informações que ninguém pode ter acesso por serem pessoais daquele usuário. Lucas explica que entende a seriedade das demandas, que as violações são imensas e permanentes, mas não é possível trabalhar dessa forma, se desculpa pela informalidade, porém achou pertinente fazer essa colocação a fim de organizar as ideias e não criar um mal-estar, encerra sua fala e passa a palavra.

A conselheira Fátima Moreira se apresenta como assistente social e suplente representando a sec. da mulher neste conselho e diz que não tem muito a colocar enquanto funcionária do CREAS, tem uma carreira de 30 anos enquanto assistente e afirma que atendeu Christian e Mariana, que o que pode declarar enquanto Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é que (inclusive) possa ter acabado até ultrapassando os limites no atendimento enquanto Centro, que foi possível avaliar junto ao usuário a demanda que ele trouxe e realizar os encaminhamentos necessários. Moreira declara ter conversado com sua Coordenadora e esta achou interessante encaminhar o Christian para a Coordenadoria LGBTQIA+, que este encaminhamento foi realizado, em seguida o usuário retornou e foi encaminhado para o CRAS, inicialmente para o CRAS Alto do Mandu, depois para o CRAS Dois Irmãos que ainda segue com pendência nesse atendimento. Fátima diz que apenas gostaria de deixar

claro que ela foi a primeira pessoa no CREAS que atendeu Christian e que está surpresa a forma como isso está chegando ao pleno, que está disponível para um diálogo dentro do espaço CREAS e assim encerra sua fala.

Caia Maria, relatora do caso, explica que não era o momento de fazer esses relatos, que essa postura é expositiva e esse não era o objetivo, que o caso não deve ser exposto, apenas foi pedido o encaminhamento para resolução e não informações particulares do caso ou exposição dos profissionais/usuário. Lamenta essa postura e diz que em nenhum momento colocou em xeque a competência da Sec. Executiva desse Conselho, que ela mesma avisou ao MOVIHT por três vezes que o ofício deveria ser enviado para o e-mail do conselho para que a denúncia pudesse ser formalizada e eles afirmaram ter enviado. Caia pediu que enviasse para o WhatsApp para que ela pudesse encaminhar para o grupo já que o e-mail não estava aparecendo por alguma falha ou outro motivo.

Fátima Moreira pede a fala para expor que em nenhum momento tratou do atendimento de Christian, mas sim se ateu ao fluxo que o caso teve, já que entendeu que as informações estavam confusas. Pede que todas, todos e todes foquem nas palavras que ela disse, que não houve exposição de protocolos internos, ou conversas, apenas descreveu o fluxo que existe e deve ser esclarecido. Diz que é importante ter atenção no que ouvimos e reproduzimos e finaliza reiterando que toda sua fala tratou apenas do fluxo do caso e jamais de exibição do usuário e/ou questões internas.

Lucas Lira, em seguida, reafirma que não foi posto no momento alguns pormenores do atendimento, que as informações trazidas foram unicamente sobre a situação e o fluxo de Christian e repete que o encaminhamento que ele acha pertinente é formalizar o convite ao Centro de Referência LGBT do Recife para participar de uma reunião desse conselho e o Centro trazer os encaminhamentos, pois é ele quem vai ter acesso tanto o atendimento que Christian recebeu no CRAS quanto no CREAS, sabendo que essas instituições atuam em rede, logo esse atendimento é feito em rede. Lira complementa que não tem muito o que ser dito nesse momento, muito menos de expor o companheiro Christian, repete que o que deve ser feito é convidar o Centro de Referência LGBT para ele descrever de forma técnica como está se dando o acompanhamento do caso.

O presidente Gleyton retoma a fala, afirma que se tratando de INSS os encaminhamentos deveriam partir para outras instâncias, mas que o conselho se atentasse a conversar com a rede que está cuidando do caso, que seria a rede de acolhimento dessas demandas (CRAS, CREAS e Centro de Referência LGBT do Recife). Concorda com o encaminhamento de Lucas, pedindo para que o centro venha responder de forma técnica quais foram as medidas tomadas, se encaminhou para defensoria pública da união, se foi feito acolhimento em relação aos benefícios do CRAS e CREAS, se foi atendido pelo

advogado do CREAS, já que esse assunto deve ser tratado na esfera jurídica e complementa que além do convite para tratar dos encaminhamentos, deve ser tratado também sobre o acolhimento do caso.

Lucas Lira recomenda que a Coordenadoria esteja a frente desse processo, visto que a escuta feita por ele e feita por Fátima não foram oficiais, o papel da coordenadoria seria encaminhar o ofício e acompanhar esse processo e o papel do conselho seria receber o Centro em reunião para ouvir esses esclarecimentos de forma oficial, que deve ser papel da gestão ter esse diálogo com a esfera municipal e trazê-lo para o conselho também.

O presidente comenta que não existe nenhum problema em conversar com o município para saber se foi feito ou não o acolhimento, que isso trata-se de uma política de proteção ao indivíduo, porém a parte de promoção de direitos que cabe a coordenadoria, Gleyton se coloca à disposição, que quanto ao encaminhamento via conselho ele não medirá esforços para entregar esse ofício e sugere que até via e-mail, fazendo essa solicitação ao centro municipal se assim for decidido, pergunta a Caia Maria se ela se sente contemplada com essa sugestão e explica que a urgência é do usuário em receber esse auxílio, por isso é necessário fazer a escuta do centro para entender a demanda.

Lucas coloca uma questão de ordem dizendo que a coordenadoria tem que acompanhar o caso e todo o processo até que seja garantido a Christian o auxílio e as outras demandas, que o fato de ter havido denúncia (ainda que ela tenha vindo por uma via informal) e esta ter sido acatada por esse conselho deve ser acompanhada enquanto denúncia de violação, que acha válido para além de convidar o Centro de Referência a prestar esclarecimentos sobre o processo de atendimento e acolhimento de Christian, o convite deva se estender ao MOVIHT já que foram eles quem trouxeram a denúncia para esse conselho, deixa essa sugestão para os conselheiros deliberarem.

**Nesse momento, novamente o pessoal que está de forma presencial tem uma queda na chamada devido a internet e o Presidente não consegue fazer suas considerações.**

Após trocar de telefone, Gleyton retorna dizendo que não tem problema acatar os encaminhamentos de Lucas, mas que é necessário saber se de fato esse acolhimento ocorreu, que ele mesmo entrará em contato com o centro municipal só a título de confirmação com teor oficial.

Lucas sugere que a última pauta sobre reconhecimento facial seja discutida em outro momento, onde seriam ouvidos especialistas do assunto, que a prefeitura deve também ser convidada pra explicar no conselho como é esse processo e também o movimento social, que seria uma coisa mais ampla, que nesse momento a reunião já está extensa e Lira relata como são tantos pontos de pauta a reunião acaba se tornando bastante tumultuada e exaustiva. Ainda continua dizendo que não acha interessante iniciar um

ponto de pauta que acabará sendo mal discutido, que ele mesmo gostaria de entender mais a fundo esse processo para poder debater.

Caia coloca que pode até acontecer uma extraordinária, porém com caráter de urgência já que a licitação é para o dia 20 e por isso essa pauta entrou nessa reunião, que realmente não é um tema fácil de se debater e suas implicações na população preta e na população LGBTQIA+, que gostaria de trazer de forma introdutória por ter se dedicado ao tema. Maria começa explicando que a tecnologia de reconhecimento facial geralmente é utilizada na segurança pública, que por esta ser uma competência do Estado a prefeitura é isenta de operar sobre a segurança pública de forma direta quando se trata de polícia militar. No entanto, existem os guardas civis municipais e também os guardas de trânsito que supostamente é o grupo que a prefeitura apresenta como sendo o foco da campanha de reconhecimento facial no Recife, porém os argumentos apresentados em audiências públicas já ocorridas ainda são muito nebulosos em relação ao tema, o que ameaça nossa privacidade em risco. A conselheira começa a pontuar alguns riscos dessa modalidade como a hiper vigilância da sociedade, o que ameaça a vida de militantes já que o Brasil é um dos países que mais assassina militantes de direitos humanos, pois a partir do momento que existe um arquivo de reconhecimento facial que aponta onde essa pessoa circula na cidade isso a põe em risco. Outro ponto é que além dessa tecnologia criar banco de dados dos nossos rostos, ela também cataloga através das nossas expressões faciais, então por exemplo: existe um banco de dados de pessoas com raiva que só contém pessoas negras por esse ser estereótipo racista que justifica o encarceramento em massa, existe também a problemática desse tipo de tecnologia cometer muitos erros na hora de reconhecer pessoas pretas e também a população trans. Caia afirma que essa é uma tecnologia pensada para corpos brancos e cisgêneros. Logo, o índice de encarceramentos enganosos é muito grande, porque o reconhecimento facial é falho nesse sentido. Caia comenta que outros países chegaram a proibir ou restringir com uma série de legislações o uso desse mecanismo devido a sua complexidade, que dentro da cidade do Recife existe um projeto de lei de Dani Portela proibindo o uso de reconhecimento facial no município e cobra uma celeridade sobre essa discussão já que no próximo dia 20 terá licitação para implementação dessa tecnologia. E encerra sua fala colocando que a última vez que esse modelo foi usado na segurança pública foi no período Lombrosiano, onde a teoria de Lombroso trazia que as medidas e formatos do rosto preto provava que as pessoas negras eram criminosas natas, usando de argumento que o crime estava na sua biologia. No que tange a transfobia institucional, Caia Maria explica que conversou com as demais conselheiras trans do estado e foi identificado diversos desafios e dificuldades que as pessoas trans enfrentam no movimento LGBT e

tem sido reproduzido dentro do conselho, que o fato disso ser chamado de transfobia não pode ser levado para a narrativa que as pessoas são simplesmente cruéis, transfobia não é só sobre ódio, mas também sobre um processo de naturalização e estruturação na sociedade, que esses espaços como o conselho e espaços de militâncias devem ser espaços informativos para gente dialogar sobre as diversidades sexual e de gênero. Caia afirma que não é uma mulher lésbica e sim uma travesti bissexual, mas que está totalmente a disposição de ouvir e aprender com mulheres lésbicas, ou com os homens gays ou com outras pessoas que sejam diferentes dela, pois considera esse espaço como sendo um espaço de troca e aprendizado. No entanto, é consensual entre todas as conselheiras trans que existe sim uma postura transfóbica dentro do conselho, repete que isso não quer dizer que o conselho odeie pessoas trans e sim que essa transfobia vem de forma estrutural. A conselheira exemplifica que ela aparece com piadas genitalistas, erros de pronomes, com secundarização das exigências, que se sente preocupada porque quando as conselheiras insistem em discutir suas pautas ou reclamam de alguma forma acabam sendo colocadas como “travestis agressivas” e aparece um estereótipo que elas vêm lidando a vida inteira por apenas se colocar enfaticamente. Encerra sua fala deixando claro que isso não é uma impressão e sim um consenso entre suas colegas que passam pelo mesmo.

Lucas Lira coloca como sugestão para o pleno decidir se continua o debate sobre reconhecimento facial ou se deixa para outro momento, visto que o conselho não tem poder para sustar sozinho uma licitação.

Marcone se inscreve para reiterar a fala de Lucas e concorda que isso deva ser feito em outro momento com mais clareza do assunto, que a conselheira Caia poderia preparar uma apresentação e trazer para o conselho antes do conselho encaminhar sobre o tema.

Breno endossa a fala da colega que deve sim ser trazido um especialista para explicar melhor sobre essa tecnologia, que os argumentos trazidos por Caia são suficientes para colocar esse conselho em alerta por se tratar de uma violação de direitos, é de extrema importância que isso seja pautado nas reuniões.

O presidente Gleyton explica que isso trata muito da lei de proteção de dados, que com certeza existe uma justificativa para o termo de referência que será realizado, o processo licitatório, que cabe muito a sec. de segurança e monitoramento da prefeitura do Recife e várias outras secretarias envolvidas nessa questão. Que é necessário amadurecer mais e buscar quem é que tá puxando isso dentro da prefeitura, que a conselheira trouxe essa demanda para dentro do conselho a fim de conseguir apoio para o movimento que se criou em torno das instituições que é amplo no debate que trata muito mais de um posicionamento do conselho, que trata dos direitos de todas as populações,

consequentemente também a população LGBTQIA+.

Caia defende que o conselho não é o movimento social e que deve buscar ter seu posicionamento próprio enquanto conselho, seja uma nota na página do Instagram, seja um ofício pedindo esclarecimentos da prefeitura, mas já declara que pedir apenas esclarecimentos é insuficiente pois ela já fez essa escuta da prefeitura em audiências públicas e afirma que foi algo vago.

Lucas Lira coloca como encaminhamento chamar os órgãos responsáveis junto a especialistas para fazer esse debate mais amplo e colocar como questões tudo que Caia pontuou para que o conselho possa se posicionar, que não tem intenção de silenciar a colega, apenas tem intenção de tornar a reunião mais resolutiva devido ao horário.

O presidente chama a reunião para os encaminhamentos sobre a tecnologia de reconhecimento facial e pede para que a Caia Maria mantenha o conselho informado das audiências que haverão na câmara dos vereadores nos próximos dias para que o conselho possa participar, paralelo a isso o conselho e a coordenadoria buscam na prefeitura do Recife de que forma esse processo está ocorrendo e trazer um especialista para esclarecer melhor o assunto em outra reunião. Pede para que o pleno se manifeste e assim possa dar prosseguimento, que sobre a transfobia institucional deve ser tratado dentro da sec. da Mulher para que seja acionado os serviços de proteção, visto que a vítima precisa de um acolhimento psicológico, que como representantes do governo poderia ser feita uma observação em relação a essa conduta que está sendo colocada dentro da sec. da mulher.

Lucas Lira questiona se esses assuntos foram apresentados em pauta e o presidente informa que estão na convocatória da reunião.

Íris coloca uma questão de ordem, solicita uma reunião com a comissão executiva do conselho e presta esclarecimentos sobre a construção da pauta. Chama atenção dos conselheiros para o regimento e diz que com todo respeito ela precisa ser lida no início da reunião e todos devem acenar se concordam com a pauta ou não, se querem alterar ou incluir mais alguma pauta naquela reunião. Na inclusão das pautas Maria Daniela trouxe a denúncia da sec. da mulher e Caia Maria quem ficou responsável por fazer a narrativa do que se tratava o caso. A sec. executiva do conselho descreve como se dá o processo de aprovação, inclusão ou modificação de pauta e pede que as pessoas se atentem a ler o regimento e também a pauta, apenas a título de esclarecimentos.

Como o horário se excedeu e os conselheiros precisarão se ausentar a reunião caminha para o encerramento e Gleyton fazer a leitura do relato que Maria Daniela trouxe no início da reunião e os colegas estão alegando não ter entendido devido o problema de internet, que a conselheira representante pode trazer para o conselho de forma expositiva

com todos os cuidados necessários na hora de se colocar, ou ela pode encaminhar isso de forma institucional para que seja tratado e dê um retorno ao conselho sobre essa violação que supostamente esteja ocorrendo dentro da secretaria da mulher.

A conselheira Fátima Moreira faz uma fala sobre a denúncia que será levado sim para a secretaria, que ela se surpreende por não ter conhecimento disso antes e estará levando amanhã para a discussão sobre o caso, compreende o debate sobre esse caso no conselho bastante produtivo, que os encaminhamentos devem ser feitos da forma que foi decidida por esse conselho e agradece o espaço de fala.

Após os informes o presidente declara a reunião encerrada.

## ENCAMINHAMENTOS

- Solicitar a Secretaria de Administração e a Secretaria de Planejamento e Gestão espaços com estrutura para garantir as reuniões híbridas até que seja possível realizá-las presencialmente;
- Denúncia de Transfobia na Sec. da Mulher; que seja acionado os serviços de proteção, visto que a vítima precisa de um acolhimento psicológico, que como representantes do governo seja feita uma observação em relação a essa conduta que está sendo colocada dentro da sec. da mulher.
- Convite formal ao Centro de Referência LGBT do Recife para apresentar relatórios dos acompanhamentos do caso Christian (tanto sobre o acolhimento, quanto os encaminhamentos);
- Caia Maria mantenha o conselho informado das audiências que haverão na câmara dos vereadores sobre Reconhecimento; paralelo a isso o conselho e a coordenadoria buscam na prefeitura do Recife de que forma esse processo está ocorrendo; Convidar especialista para tratar do assunto com mais clareza em reunião extraordinária.

## INFORMES

- Antônio Moura Informa que agendou a entrega do Plano Estadual de Combate a Homofobia ao Secretário para o dia 28 pela manhã e convida os conselheiros para participarem desse momento;
- Lucas Lira informa que dia 21 será o lançamento da Parada da diversidade de Pernambuco na Alepe e convida a todos, todas e todes para participar.

**Diante disso, nada tendo mais a acrescentar a secretária executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.**

**Recife, 15 de Junho de 2022**

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e  
Juventude**

Secretaria de Segmentos Sociais